



02  
7

**DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital**

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DA CAPITAL.**

FE0374710-90.2012.8.19.0001 Sort 2109121509 FP06 25170

**CRISTIANE MARTINS LUCAS**, brasileira, solteira, aposentada, portador da carteira de identidade nº. 104334560, expedida pelo IFP, inscrito no CPF 042.491.287-25, residente e domiciliado na Avenida das Américas nº 4319, bl J1 Aptº 104 - Jardim Europa - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, RJ, CEP. 22631-004, com telefone de contato: 85770510/33250004, vem, por intermédio do Defensor Público em exercício no Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital, propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER  
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

em face do **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO** (CNPJ nº 42498733/0001-48) e do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** (CNPJ nº 42498600/0001-71), pessoas jurídicas de direito público, por seus representantes legais, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:



03  
7

## DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

### 1. DO PATROCÍNIO PELA DEFENSORIA PÚBLICA.

Inicialmente afirma ciente das cominações legais, ser juridicamente necessitado, eis que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízos do próprio sustento ou de sua família, razão pelo qual faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do artigo 4º da Lei nº 1060/50 com as modificações introduzidas pela Lei nº 7510/86, indicando desde já a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para o patrocínio de seus interesses.

### 2. DOS FATOS.

A Autora é portadora de INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA (N18.0), O HIPERPARTIREOIIIDISMO SECUNDÁRIO (E21.1) COM NIVEIS DE PTH PERSISTENTEMENTE ELEVADOS necessitando do medicamento indicado abaixo, conforme laudo e receituário médicos anexos:

1 - CINACALCATE 30 MG - 90 COMPRIMIDOS

A Autora, embora necessite do referido medicamento, não tem condições de arcar com as despesas de compra do mesmo.



05  
2

## DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

1 - CLORIDRATO DE CINACALCET [ MIMPARA ]- COMPRIMIDO 30 MG

É notório que, caso não tenha imediata continuidade o fornecimento do medicamento acima descrito, a Autora pode vir a sofrer graves complicações em seu estado de saúde.

Contudo, os Réus não têm fornecido o referido medicamento, imprescindível à manutenção à saúde da Autora, mediante distribuição gratuita, em contrariedade às regras e princípios constitucionais em relação à ordem social.

### 3. DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA.

A Constituição de 1988, ao cuidar da ordem social, assegurou a todos os indivíduos o direito à saúde, estipulando o correlato dever jurídico do Estado de prestá-la, consoante dispõe o artigo 196 da CRFB/88. Trata-se de verdadeira garantia fundamental atípica, direito constitucional de segunda geração, eis que impõe ao Estado uma prestação positiva, consistente em um *facere*.

A saúde, muito embora venha assegurada fora do rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição Federal, é garantia de extrema importância, posto que sua pedra angular é o próprio Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o qual não apenas consiste em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como consagra expressamente o artigo 1º, inciso III, da



05  
Q

## DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

CRFB/88, mas também caracteriza o cerne axiológico de todo ordenamento jurídico constitucional.

Verifica-se, assim, a manifesta existência de um dever jurídico primário do Estado, a ser cumprido pelos três centros de competência: a prestação da saúde pública.

Note-se que o legislador constituinte não se satisfaz com a mera existência deste serviço; ele deve ser efetivamente prestado, e de forma eficiente.

O Princípio da Eficiência, incluído no rol dos princípios reitores da Administração Pública pela Emenda Constitucional 19/98, é verdadeiro postulado do Princípio Democrático Republicano. Se o titular do Poder é o povo e o Estado organizado é mero gestor da coisa pública, as finalidades a que se destina este ente devem efetivamente ser cumpridas, sob pena de esvaziar-se a própria razão de ser do Estado, que é a promoção do bem-estar social.

Desta forma, não restam dúvidas quanto à existência do dever jurídico estatal de prestar serviços de saúde à população de forma rápida e eficiente, dever este assumido pelos entes estatais, ao organizarem-se e criarem entidades e órgão destinados à prestação da saúde pública.

#### 4. DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.



α  
φ

## DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

O artigo 273 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de antecipação liminar dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida, desde que verossímeis os fatos alegados e existentes o perigo de ineficácia da decisão final de mérito.

No caso em tela, verifica-se a reunião dos pressupostos autorizadores da liminar, senão, vejamos.

O direito da Autora decorre de fatos comprovados de plano, através dos documentos anexos, consistentes no laudo e nos receituários médicos.

Da mesma forma, é incontestável o perigo da demora, uma vez que, por se tratar de doença grave, o não fornecimento imediato do referido medicamento, pode acarretar em severos prejuízos à saúde do Demandante.

Ademais, a concessão de liminar contra a Fazenda Pública não é restringida na hipótese em exame, uma vez que, conforme jurisprudência assentada nos tribunais, a restrição à medida limita-se aos casos descritos na Lei 8437/92 - de acordo com a Lei 9494/97 - e na Lei 12016/09.

### 5. DO PEDIDO.

De todo o exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:



07  
9

## DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

- a) A concessão dos benefícios da Gratuidade de Justiça;
- b) A concessão da antecipação da tutela, intimando-se, via Oficial de Justiça, o Secretário Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para o fornecimento do referido medicamento, caso não seja fornecido no **prazo de 48 horas**, seja determinado o seu fornecimento imediato, sob pena de **busca e apreensão do mesmo e imposição de multa cominatória diária**, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 461, parágrafo 4º do Código de Processo Civil;
- c) A citação dos Réus para responderem a presente ação, sob pena de revelia;
- a) A intimação do Ministério Público;
- b) O julgamento pela procedência do pedido, com a condenação dos Réus ao fornecimento do medicamento, **ou outros medicamentos, aparelhos e utensílios que o autor venha a necessitar no curso do tratamento**, nas quantidades prescritas, em prestações mensais e contínuas por tempo indeterminado;
- c) A condenação do Réu ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (CEJUR/DPGE-RJ).

Protesta pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pericial, testemunhal e documental suplementar.



08  
9

**DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital**


Atribui-se à causa o valor de R\$ 38.000,00.

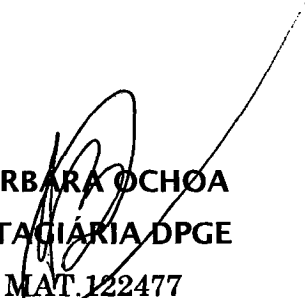
Nestes termos.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2012.

**FERNANDA GARCIA NUNES  
DEFENSORA PÚBLICA  
MAT.836.299.-8**

  
JOSÉ AURÉLIO DE ARAÚJO  
Defensor Público  
Mat. nº 824.302-4

  
BÁRBARA OCHOA  
ESTAGIÁRIA DPGE  
MAT.122477

